

CPI da Asefe chega ao fim sem incriminar políticos

DF - EDUCAÇÃO

FRANCISCO STUCKERT

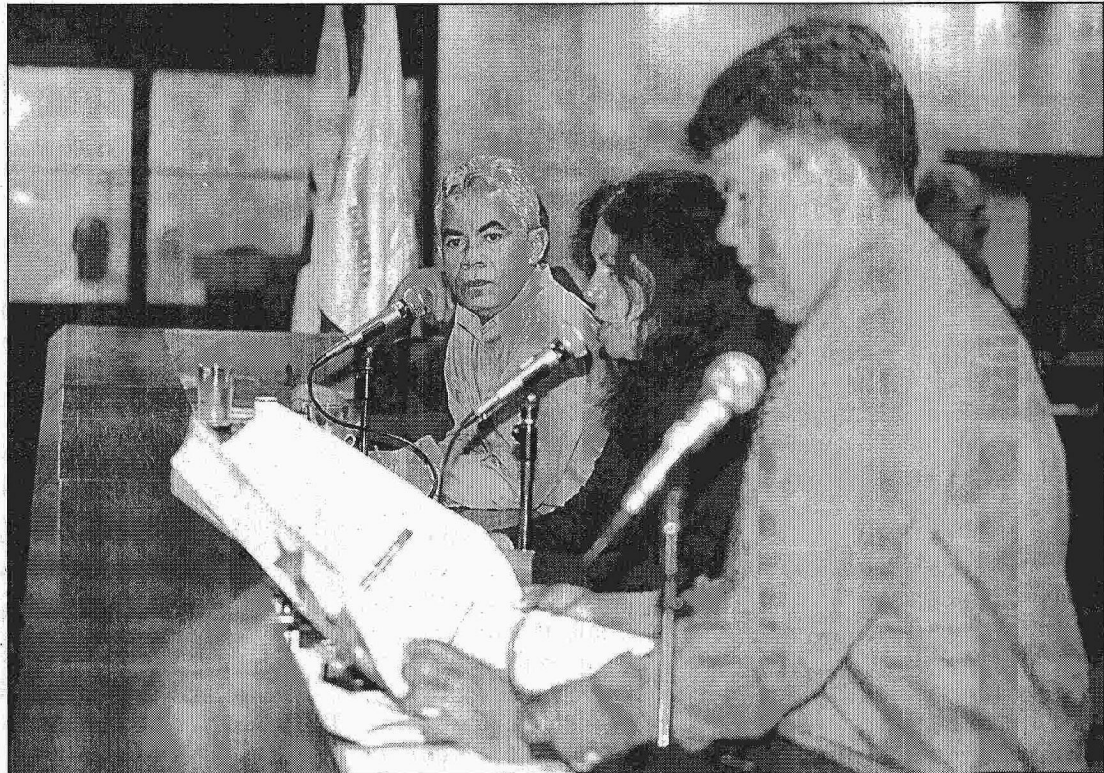
**RELATÓRIO SAI
ATÉ DEZEMBRO,
MAS NENHUM
PARLAMENTAR DA
OPOSIÇÃO DEVERÁ
SER INDICIADO**

O relatório final da CPI da Asefe deve ficar pronto no fim de novembro ou até a primeira semana de dezembro. E nenhum parlamentar da oposição será indiciado. A afirmação é do presidente da Comissão, deputado João de Deus (PPB), e da relatora, Anilcéia Machado (PSDB).

A Comissão foi criada para investigar denúncias de que distritais ligados a partidos de oposição estariam recebendo dinheiro desviado da Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do DF (Asefe). "Não conseguimos chegar a nenhum parlamentar", declarou Anilcéia. Ela admitiu que existem pessoas ligadas aos parlamentares, mas não se pode concluir que os distritais foram coniventes. "Existem indícios e eles serão levados ao Ministério Público", afirmou.

"A não ser que, no decorrer das reuniões do relatório, haja prova suficiente ou o inquérito da Polícia envolva algum parlamentar", esclareceu João de Deus.

Anilcéia Machado deve indiciar o presidente da Asefe, José Eudes da Costa, e o



JOÃO DE DEUS, Anilcéia e José Eudes (ao fundo) no último dia de depoimentos da Comissão

ex-tesoureiro, Firmino Pereira Neto. "Eles são pessoas suspeitas", acusou. Até agora, a Polícia Civil já indiciou seis pessoas: o ex-diretor administrativo, Clécio Oliveira, e a chefe de recursos humanos, Isabel Portuêz, além de quatro empresários.

Ontem, a CPI ouviu o último depoimento, de José Eudes da Costa. Também estava previsto o depoimento do tesoureiro da entidade, Jorge Eduardo de Miranda. Ele até compareceu à Câmara, mas não foi ouvido porque a Comissão entendeu que ele não acrescentaria nada de novo.

José Eudes não disse nada diferente do que já havia falado à Comissão no primeiro depoimento, em agosto. E caiu em contradições em vários momentos.

Ele afirmou que não sabe o valor da dívida da Associação. Entretanto, ao contrário do que afirmou em agosto (quando negou que o montante da dívida chegasse a R\$ 20 milhões), Eudes disse que uma estimativa calcula o montante entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões.

"Foi pedida uma auditoria para saber porque a dívida está tão alta", garantiu o presidente.

Ao ser indagado sobre o desconhecimento do valor da dívida, José Eudes transferiu para o diretor financeiro da Asefe, Antônio José, a responsabilidade de pedir um relatório detalhado sobre as contas da entidade.

"O estatuto é bastante claro, cada diretor tem sua autonomia. Não posso obrigar a fazer o que não querem", disparou.

A relatora da CPI, deputada Anilcéia Machado, chegou a suspeitar que José Eudes estivesse aguardando a conclusão dos trabalhos da Comissão para pedir uma auditoria financeira.